



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Dados de crédito, inflação, emprego e contas públicas movimentam a semana no Brasil. Nos EUA, atenção aos discursos de dirigentes do Fed

Como de costume, a agenda de indicadores nacional está bastante movimentada na última semana do mês, com destaque para os dados de abril do mercado de crédito, divulgados hoje (27) cedo pelo Banco Central. O saldo total da carteira avançou 0,2% no mês, próximo ao apontado na Pesquisa Especial de Crédito da Febraban (+0,3%), liderada pela carteira de crédito destinada às famílias (+0,9%). Com isso, o ritmo de expansão anual do crédito acelerou pelo 3º mês seguido, passando de 8,5% para 8,7%, resultado que reforça os sinais de ganho de tração do segmento no início deste ano. Também vale destacar o novo recuo da taxa média de juros e dos spreads no mês, que têm contribuído para um desempenho mais positivo do mercado de crédito este ano. O informativo da próxima semana trará uma análise detalhada dos números divulgados agora há pouco.

Ainda no setor bancário, o Banco Central do Brasil realiza a reunião do Comitê de Estabilidade Financeiro (Comef). Embora não se espere nenhuma alteração no Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCP) exigido dos bancos, a reunião é importante pois traz uma leitura do órgão regulador sobre o SFN em relação a temas relevantes, como a evolução da inadimplência, materialização de riscos e os níveis de capitalização e provisionamento do sistema.

O mercado também acompanha os números de maio da prévia da inflação (IPCA-15), que deve mostrar que o processo de desinflação perdeu força. O índice será divulgado pelo IBGE na terça (28), e deve avançar 0,47% no mês, ainda mostrando alguma pressão (mas menor) vinda dos alimentos consumidos nos domicílios e dos combustíveis. Em 12 meses, o índice deve ficar praticamente estável em 3,74%, ante 3,77%. Já o IGP-M de maio, calculado pela FGV, será conhecido na quarta (29), e deve mostrar nova aceleração na margem, com alta estimada de 0,85% no mês, refletindo a aceleração dos preços de importantes *commodities* no atacado, notadamente do minério de ferro.

A semana também traz os números do mercado de trabalho, que deve seguir aquecido, fato que tem contribuído para sustentar o avanço do consumo das famílias. O Caged traz os dados do setor formal na terça (28) e deve mostrar geração líquida de 210,0 mil vagas no mês, acima do observado em abril/23 (+181,9 mil). Já o IBGE divulga a taxa de desemprego na quarta (28), que deve voltar a recuar depois de passada a pressão sazonal de início de ano. A expectativa é de que a taxa caia para 7,7% (ante 7,9% em março), menor nível para o mês de abril desde 2014 (7,2%).

No campo fiscal, as contas públicas devem mostrar números positivos em abril, mas inferiores aos observados no mesmo período de 2023. Na terça (28), o Tesouro Nacional divulga o resultado primário do governo central, enquanto o Banco Central divulga o resultado do setor público consolidado na quarta (29), com expectativa de superávits de R\$ 13,0 bi e R\$ 14,8 bi, respectivamente. Apesar de positivos, beneficiados pelo pagamento trimestral do IRPJ e da CSLL pelas empresas, os números devem ser menores que os observados em abr/23 (R\$ 15,6 bi e R\$ 20,3 bi), devido ao avanço significativo das despesas.

Ainda na agenda local, a semana também traz as sondagens de confiança do segmento empresarial referentes ao mês de maio. Importante observar se a piora no cenário macro recente, especialmente com indicações de menor espaço para o corte de juros, afetaram a confiança dos empresários, assim como observado na sondagem dos consumidores, que mostrou uma queda acentuada da confiança no mês. Caso também se observe uma queda da confiança entre os empresários, o índice tende a sugerir uma redução do ímpeto da atividade neste 2T24.

No cenário internacional, a semana é marcada por uma série de discursos dos dirigentes do Fed, que podem dar novas indicações sobre o rumo da política monetária no país. A ata da última reunião do Fed divulgada na semana passada mostrou que seus dirigentes estão bastante cautelosos em relação à trajetória da inflação nos EUA, levando o mercado a apostar em apenas uma queda de 0,25 pp da taxa de juro neste ano (ante apostas de duas quedas de 0,25 pp até então).



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Já na agenda de indicadores, serão conhecidos na sexta (31) os dados de consumo e inflação nos EUA. A expectativa é que o indicador de gastos pessoais de abril suba apenas 0,3% no mês, indicando alguma moderação do consumo das famílias, que tem sido o principal motor da atividade, mas também limitado o processo de desinflação no país. Com relação à inflação, o deflator de gastos de consumo (PCE) deve permanecer estável em 2,7% nos últimos 12 meses, sem dar sinais contundentes de que a inflação está convergindo para a meta de 2%. Ainda nos EUA, ao longo da semana também serão conhecidos a 2ª leitura do PIB do 1T24, o Livro Bege e o resultado da confiança do consumidor de maio (*Conference Board*).

Na Europa, será divulgada a prévia da inflação do consumidor (CPI) para o mês de maio na sexta (31), além da confiança dos consumidores na quinta (30). A expectativa é que o CPI do bloco fique relativamente estável, em 2,5% (ante 2,4%) no acumulado em 12 meses, o suficiente para o BCE iniciar o ciclo de cortes dos juros na região em sua próxima reunião (06/jun).

Por fim, na China, serão divulgados na quinta (30) à noite os índices PMIs da indústria e dos serviços do mês de maio, que devem manter o tom de cautela quanto ao ritmo de crescimento da economia chinesa neste ano.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
27-29/mai	FGV: Sondagens de Confiança	Mai/24	-	-
27/mai	BCB: Nota de Crédito	Abr/24	0,3% m/m* 8,6% a/a*	1,2% m/m 8,3% a/a
28/mai	IBGE: IPCA-15	Mai/24	0,47% m/m 3,74% a/a	0,21% m/m 3,77% a/a
28/mai	Caged: Geração de Vagas Formais de Trabalho	Abr/24	210,0 mil	244,3 mil
28/mai	Tesouro: Resultado Primário do Governo Central	Abr/24	R\$ 13,0 bi	R\$ -1,5 bi
29/mai	IBGE: Taxa de Desemprego	Abr/24	7,7%	7,9%
29/mai	FGV: IGP-M	Mai/24	0,85% m/m -0,40% a/a	0,31% m/m -3,04% a/a
29/mai	BCB: Estatísticas Fiscais	Abr/24	R\$ 14,8 bi	R\$ 1,2 bi
29/mai	BCB: Reunião do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef)	2º tri/24	-	-

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
28/mai	EUA	Confiança do Consumidor (<i>Conf. Board</i>)	Mai/24	96,0 pts	97,0 pts
29/mai	EUA	Livro Bege	-	-	-
30/mai	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Mai/24 – final	- 14,3 pts	-14,7 pts
30/mai	EUA	PIB	1º tri/24 – 2ª leitura	1,3% t/t (anualizado)	3,4% t/t (anualizado)
30/mai	EUA	Vendas de casas pendentes	Abr/24	0,1% m/m	3,4% m/m
30/mai	China	PMI Manufatura e Serviços	Mai/24	50,5 pts / 51,5 pts	50,4 pts / 51,2 pts
31/mai	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Mai/24 – prévia	2,5% a/a	2,4% a/a
31/mai	EUA	Renda e Gastos Pessoais	Abr/24	0,3% m/m 0,3% m/m	0,5% m/m 0,8% m/m
31/mai	EUA	Deflator dos Gastos de Consumo Pessoal (PCE)	Abr/24	2,7% a/a	2,7% a/a

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Arrecadação segue com ritmo forte de expansão, mas não deve ser suficiente para zerar o déficit no ano

A arrecadação federal de impostos atingiu R\$ 228,9 bilhões em abril, se mantendo com uma elevada taxa real de expansão (+8,3%) ante o mesmo período do ano anterior.

O resultado positivo segue liderado pela arrecadação com PIS/Cofins (+23,4%), devido à reoneração dos impostos sobre os combustíveis, além de mudanças legislativas recentes, especialmente quanto à limitação das compensações tributárias pelas empresas. Na mesma direção, os tributos ligados ao mercado de trabalho, como a receita previdenciária (+6,2%) e o IRRF decorrente dos rendimentos do trabalho (+3,2%) seguem com bom ritmo de crescimento, devido ao mercado de trabalho aquecido e a expansão da massa salarial.

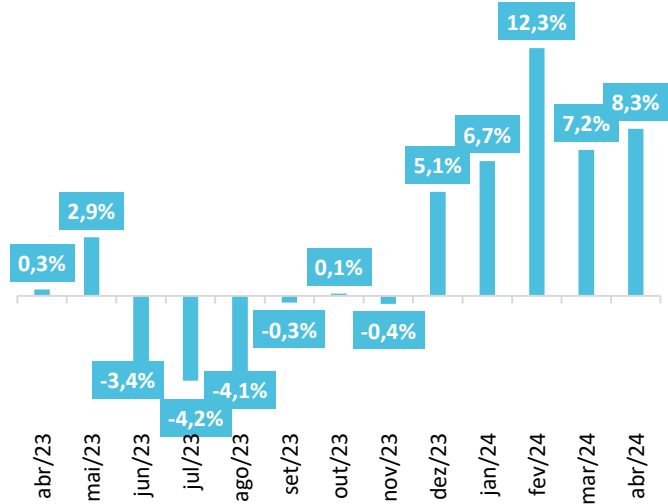
Com o resultado de abril, a arrecadação federal de impostos acumula uma expressiva expansão real, de 8,3% no ano. Destaque para o crescimento do IRRF decorrente de rendimento do capital (+29,2%), em função da tributação dos fundos exclusivos no início do ano; além do PIS/Cofins (+19,8%) e da receita previdenciária (+6,7%).

Apesar dos números bastante positivos, a alta da arrecadação tem ficado aquém do planejado pelo governo para cumprir a meta de déficit zero, que precisaria crescer cerca de 12,5% (em termos reais) no ano, o que atualmente parece pouco provável.

De toda forma, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre elaborado pelo governo, segue apostando em um cenário mais positivo, com um déficit de menor magnitude em relação ao projetado pelo mercado. O Relatório estima um déficit primário de R\$ 27,5 bi neste ano ou R\$ 14,5 bi excluindo as despesas extras (crédito extraordinário) para auxílio ao Rio Grande do Sul, que não entrarão na conta de cumprimento da meta fiscal deste ano. Ainda assim, o resultado é um pouco pior do que o divulgado no Relatório do 1º bimestre, quando a estimativa oficial era de um déficit primário de R\$ 9,3 bi em 2024.

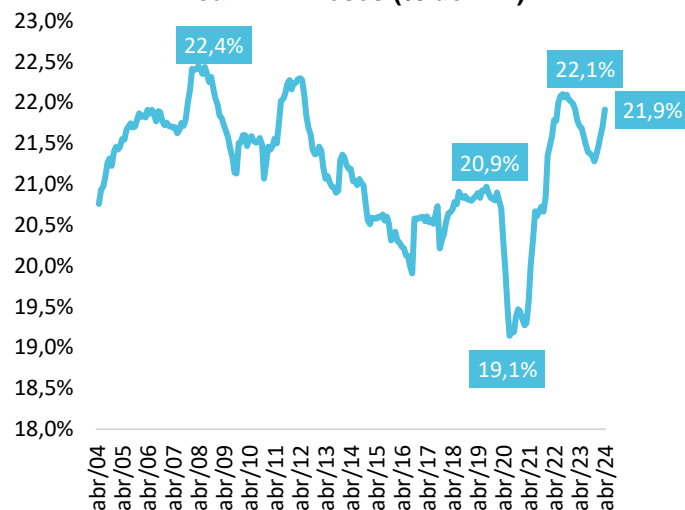
A piora do resultado esperado decorreu do aumento esperado das despesas, cuja estimativa subiu R\$ 24,4 bi ante o relatório anterior, para R\$ 2,209 trilhões. Parte destas despesas se deve ao auxílio ao RS (R\$ 13,0 bi). Contudo, também houve acréscimo em outros gastos, como benefícios previdenciários (R\$ 3,5 bi) e despesas discricionárias (R\$ 4,3 bi).

Quadro 1: Arrecadação Federal de Impostos Var.% real ante o mesmo do ano anterior



Fonte: RFB

Quadro 2: Arrecadação Federal de Impostos Acum. 12 meses (% do PIB)



Fonte: RFB

Do lado das receitas, o governo segue otimista e, inclusive, elevou em R\$ 6,3 bi, para R\$ 2,181 trilhões, a expectativa para a receita líquida em 2024. Parte relevante de tal aumento reflete a expectativa de um maior recebimento de dividendos (R\$ 14,2 bi), que viriam especialmente da Petrobras. Por outro lado, houve redução de R\$ 6,7 bilhões na expectativa com a arrecadação de impostos (receita administrada pela Receita Federal e previdenciária). Contudo, tal estimativa para a receita líquida ainda é R\$ 61,5 bi (R\$ 2,120 tri) superior ao esperado pelos analistas, segundo o boletim Prisma Fiscal. Assim, a discrepância do lado das receitas esperadas explica, de forma relevante, a diferença entre o déficit esperado pelos analistas do mercado e o governo para este ano.

Em relação às contas externas, os números seguem indicando um quadro confortável. A balança de transações correntes mostrou déficit de US\$ 2,5 bi em abril, pior do que o registrado no mesmo mês do ano passado (US\$ -0,2 bi), mas mantendo o déficit acumulado em 12 meses em um patamar contido, em US\$ 35,3 bi (1,57% do PIB), financiado com folga pela entrada de investimentos diretos no país.

A piora no comparativo interanual refletiu o menor saldo comercial e os aumentos nos déficits das balanças de serviços e renda. O saldo da balança comercial somou US\$ 6,8 bi no mês, 7,8% abaixo do registrado em abr/23, diante do maior crescimento das importações (+18,6%) do que das exportações (+11,7%). Já o déficit na conta de serviços totalizou US\$ 4,0 bi em abril, 26,9% acima no comparativo interanual, pressionado pelas despesas com serviços de propriedade intelectual, transportes e aluguel de equipamentos. Na mesma direção, o déficit em renda primária somou US\$ 5,5 bi em abril, aumentando 25,0% na mesma base de comparação. Neste caso, pesaram as remessas de lucros/dividendos e despesas com juros.

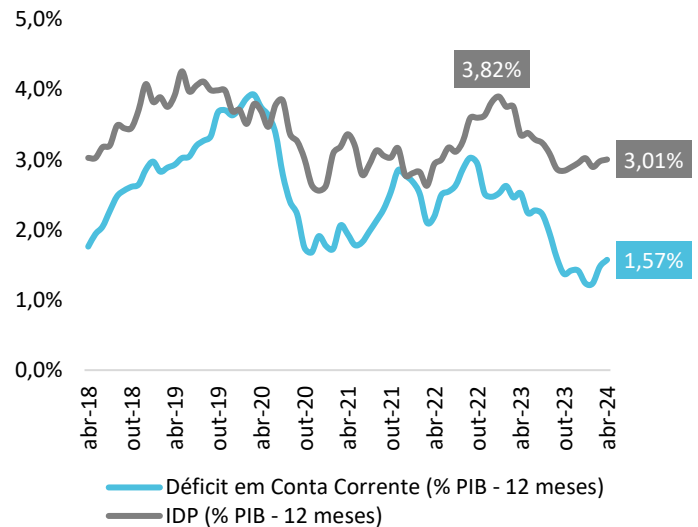
Os investimentos diretos no país (IDP), por sua vez, registraram ingresso líquido de US\$ 3,9 bi no mês, acima do observado em abr/23 (US\$ 3,1 bi). Em 12 meses, a entrada de IDP soma US\$ 67,3 bi (3,01% do PIB). Já os investimentos em carteira registraram saída líquida pelo 3º mês seguido, de US\$ 6,7 bi em abril, liderados pelos títulos da dívida (US\$ -6,1 bi). Com o resultado, o fluxo de recursos externos em portfólio passou a registrar saída líquida (US\$ -1,4 bi) do país nos últimos 12 meses, algo que não acontecia desde set/22.

Quadro 3: Projeção para o Resultado Primário de 2024 – Governo vs Mercado (Em R\$ bi)

	Governo	Mercado
Receita Total	2.704,4	
Receita Líquida	2.181,5	2.120,3
Despesas Totais	2.208,9	2.188,8
Resultado Primário	-27,4	-68,5
Resultado Primário (sem despesas com RS)	-14,5	

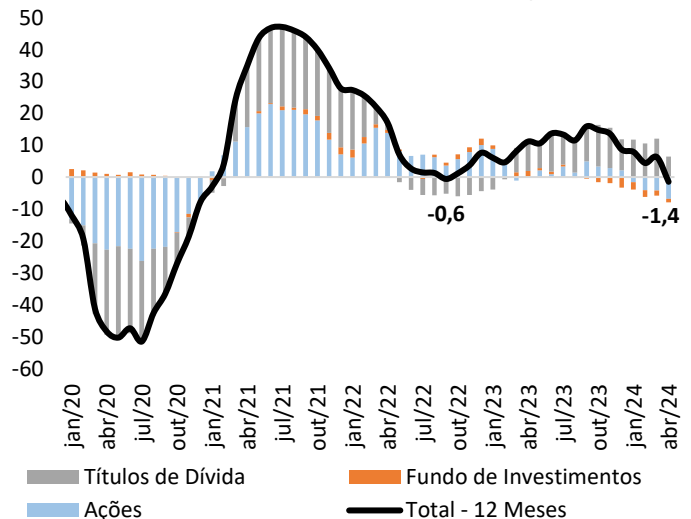
Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º Bimestre e Prisma Fiscal.

Quadro 4: Déficit em Conta Corrente e Entrada de IDP – Acum. Em 12 meses - % do PIB



Fonte: BCB

Quadro 5: Entrada de Capitais de Portfólio – Acum. em 12 meses – em US\$ bi



Fonte: BCB

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Ata do Fed e dados adiam as expectativas para início do ciclo de cortes dos juros

O cenário internacional foi marcado pelo aumento da aversão ao risco, em meio à discussão sobre a possibilidade do Fed seguir adiando o início do ciclo de cortes dos juros no país. Dentre os principais índices acionários, a exceção veio do Nasdaq, impulsionado pelos resultados e projeções de crescimento da empresa Nvidia, fabricante de chips que tem se beneficiado do aumento dos investimentos em inteligência artificial generativa pelas empresas do setor de tecnologia.

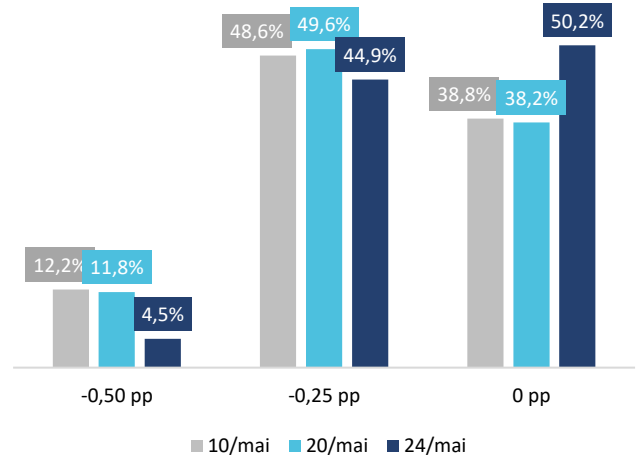
Contudo, predominou o sentimento de pessimismo nos agentes ao longo da semana, refletindo a ata da última reunião do Fed e comentários mais duros de membros do Colegiado, que fizeram com que o mercado siga adiando a expectativa de início da flexibilização monetária. Agora, segundo dados do CME Group, a expectativa do consenso é de apenas um corte de 0,25 pp até o final do ano, que ficaria apenas para o 4T24.

A ata da última reunião do Fed, realizada no início de maio, reforçou o tom mais duro que vem sendo adotado pelo Colegiado e pela maior parte dos membros em suas declarações mais recentes. No geral, o recado foi a tônica *higher-for-longer*, ou seja, que a taxa de juro será mantida em alto patamar durante o tempo necessário para combater a inflação. A ata mostrou que houve questionamento sobre o quão restritivo é o patamar atual dos juros no país. Os dirigentes também destacaram que o processo de desinflação tem se dado de forma mais lenta do que a esperada, com “vários” membros mencionando a possibilidade de subir ainda mais os juros caso os riscos para a inflação piorem.

Em relação à atividade, as prévias de maio dos índices PMIs surpreenderam nos EUA, indicando que a atividade segue forte, sem maiores sinais de alívio. Destaque para o setor de serviços, onde o indicador atingiu 54,8 pts (ante 51,3 pts em abr/24), o maior valor desde mai/23. Já a confiança do consumidor (Univ. Michigan) caiu em maio (69,1 pts ante 77,2 pts), mas ainda acima das expectativas. O ponto positivo veio da expectativa de inflação dos consumidores ficar abaixo da prévia e do esperado pelo mercado.

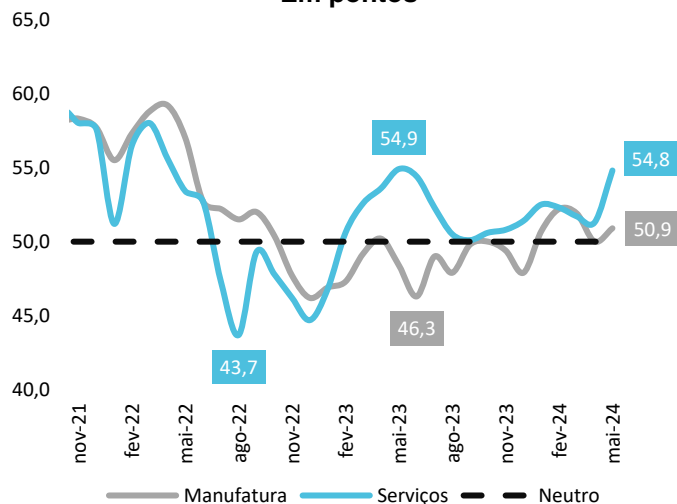
Na Europa, as prévias do índice PMI de maio seguiram apontando uma divergência significativa entre a manufatura e os serviços na região. Do lado positivo, o indicador dos serviços ficou estável (53,3 pts) no maior patamar dos últimos 12 meses. Do outro lado, apesar da melhora (de 45,7 pts para 47,4 pts), a indústria segue em retração desde o 2º semestre de 2022.

Quadro 6: Evolução da possibilidade de corte dos juros pelo Fed na reunião de setembro



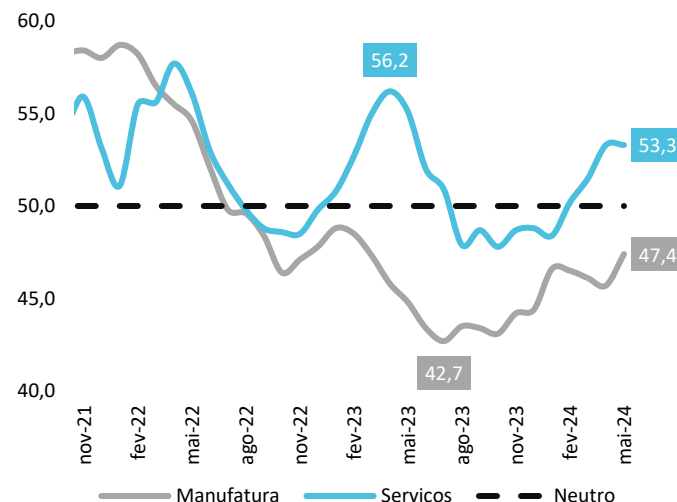
Fonte: CME Group.

Quadro 7: EUA – PMI Manufatura e Serviços Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Quadro 8: Zona do Euro – PMI Manufatura e Serviços - Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

CRÉDITO / BANCOS

Projeção para expansão do crédito tem novo avanço e atinge 9,3% em 2024

A Pesquisa Febraban de Economia Bancária, realizada com 18 bancos entre 15 e 21 de maio, apontou uma nova revisão positiva para a expectativa de crescimento da carteira total em 2024, que ficou em 9,3% (ante 8,8% na pesquisa de março).

A revisão para cima foi concentrada na carteira com recursos direcionados, cuja expectativa de crescimento saiu de uma alta de 9,9% para 10,1%. A melhora ocorreu tanto no crédito destinado às famílias (de +10,3% para +10,6%), como para as empresas (de +8,3% para +8,7%).

Já a expectativa de crescimento da carteira livre para este ano ficou relativamente estável, em 8,6% (ante +8,5%). Dentre as aberturas, a expectativa é de um crescimento de 9,5% da carteira PF, igual ao captado na pesquisa anterior; e, uma alta de 7,5% na carteira Livre PJ, também muito próximo ao observado na pesquisa de abril (+7,6%).

Com relação à taxa de inadimplência da carteira Livre, a Pesquisa capturou queda da projeção para 2024, agora em 4,4% da carteira (ante 4,5% na pesquisa anterior). O resultado corresponde a um pequeno recuo quando comparado ao nível

atual do indicador (4,5% em mar/24, segundo o BCB), reforçando a percepção de uma melhora gradual da inadimplência ao longo do ano. Para 2025, a projeção para o indicador ficou estável em 4,2%, indicando que a trajetória de queda da inadimplência deve seguir no ano que vem.

Com relação ao desempenho do crédito em 2025, a projeção para a alta da carteira total ficou estável em 8,9%. De um lado, houve revisão para cima na carteira com recursos Direcionados (+9,1%, ante +8,9%); de outro, houve leve recuo na projeção de crescimento da carteira com recursos Livres (+8,7%, ante +8,9%).

No geral, a pesquisa captou uma melhora nas projeções para o crescimento do crédito em 2024, na linha dos números relativamente positivos observados na economia e no mercado de crédito neste início de ano. Contudo, nota-se que esta melhora foi concentrada nas carteiras com recursos direcionados, mais sensíveis às políticas públicas. Por outro lado, o desempenho esperado para o crédito livre ficou relativamente estável, provavelmente num sinal de cautela em relação à piora recente do ambiente econômico.

O Quadro 9 apresenta o resultado consolidado da pesquisa atual, e o comparativo com o obtido na pesquisa anterior.

Quadro 9: Projeção Média para o Crescimento da Carteira de Crédito (Pesquisa Febraban de Economia Bancária)

Projeções para Saldo de Crédito e Inadimplência (média entre as instituições)	2024		2025	
	Pesquisa Mar/24	Pesquisa Mai/24	Pesquisa Mar/24	Pesquisa Mai/24
Carteira Total (var. % – total do SFN)	8,8	9,3	8,9	8,9
Recursos Livres (var. % – total do SFN)	8,5	8,6	8,9	8,7
Crédito Livre para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	7,6	7,5	8,1	8,5
Crédito Livre para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	9,5	9,5	9,7	9,5
Recursos Direcionados (var. % – total do SFN)	9,9	10,1	8,9	9,1
Crédito Direcionado para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	8,3	8,7	8,0	8,4
Crédito Direcionado para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	10,3	10,6	9,4	9,6
Taxa de Inadimplência - % da Carteira Livre (acima de 90 dias, fim de período)	4,5	4,4	4,2	4,2

Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

* Nem todas as IFs imputam projeções para todas as aberturas, fato que pode causar alguma discrepância entre a projeção para o crédito total e suas aberturas.

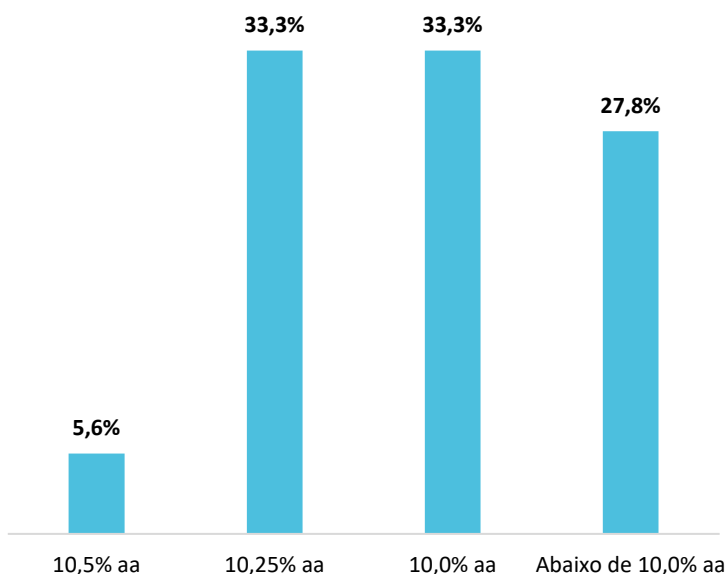
Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

Em relação à percepção dos participantes sobre a economia brasileira e internacional, os principais pontos captados pela Pesquisa Febraban de Expectativas foram:

- Após a decisão do Copom em reduzir o ritmo de corte dos juros para 0,25 pp, os participantes se mostram divididos quanto à taxa Selic no fim do ano. Por ora, a maioria entende que ainda há algum espaço para queda adicional dos juros, embora limitado, com a Selic provavelmente encerrando o ano ainda em dois dígitos. (Quadro 10).
- Neste sentido, a mediana para a taxa Selic aponta para mais duas quedas de 0,25 pp ao longo do ano (reuniões de junho e novembro ou dezembro), levando a taxa básica de juros para 10,0% aa no final do ano, acima do captado nas pesquisas anteriores (9,25% aa), conforme Quadro 11.
- Em relação à atividade, 38,9% dos entrevistados esperam que o crescimento do PIB fique em torno do consenso atual (+2,1%). Contudo, o viés ainda parece ser de alta, dado que 33,3% dos participantes esperam um crescimento acima do consenso.

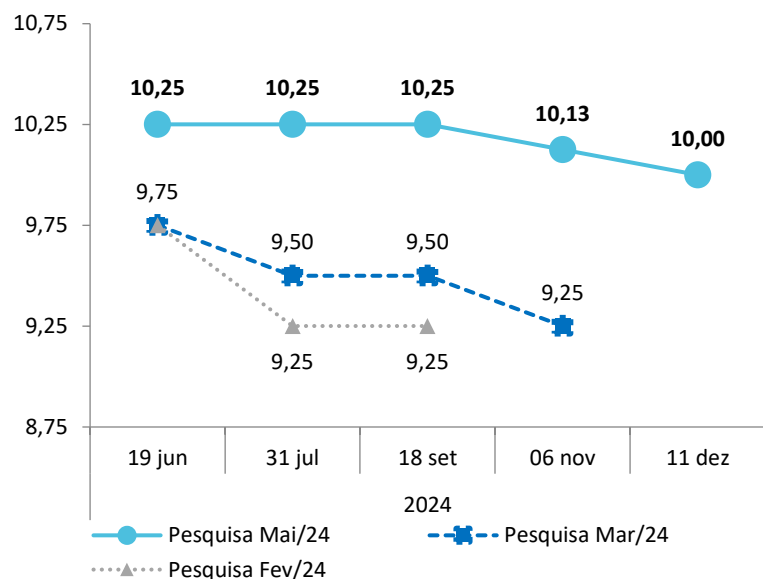
- No âmbito fiscal, pouco mais da metade dos participantes (55,6%) projetam um déficit primário em linha com o esperado pelo consenso (-0,64% do PIB) para 2024, enquanto 33,3% esperam um resultado pior.
- Apesar do cenário externo mais adverso, a maioria (66,7%) dos participantes ainda projetam dois cortes de 0,25 pp na taxa de juro pelo Fed neste ano.
- Para acessar o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 10: Expectativa dos participantes para a taxa Selic terminal



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

Quadro 11: Projeção (mediana) para a Taxa Selic para as próximas reuniões do Copom



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC/BCB)

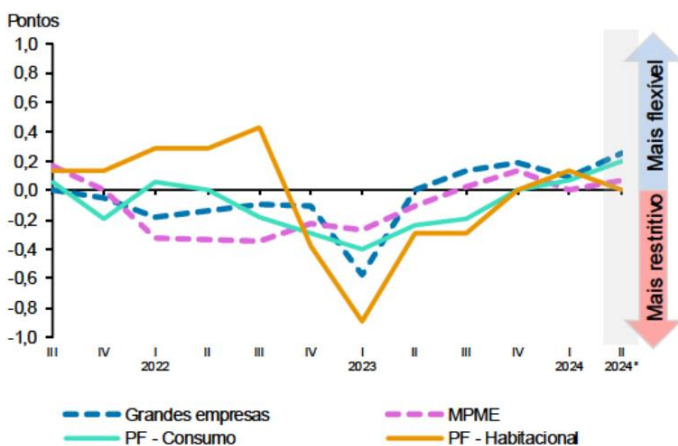
CRÉDITO / BANCOS

O Banco Central divulgou na última semana a [Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito \(PTC\)](#), que é realizada desde 2011 e coleta as avaliações das IFs sobre as condições do crédito bancário no SFN. A Pesquisa capta a avaliação das instituições sobre as mudanças observadas nos últimos três meses e as perspectivas para os próximos três, em relação às condições de oferta e demanda por crédito para os seguintes segmentos: i) Grandes empresas; ii) Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); iii) Crédito pessoal para consumo; iv) Crédito habitacional (PF).

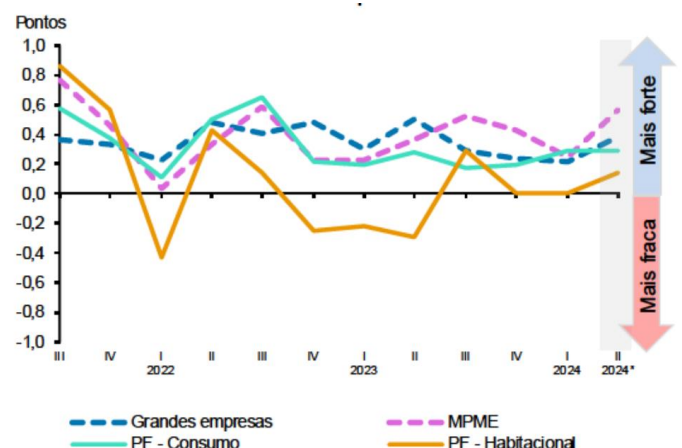
Segundo o BCB, os principais destaques captados na Pesquisa realizada no 1T24 foram:

- As condições de oferta de crédito têm sido mais favoráveis, especialmente no segmento de grandes empresas e crédito pessoal para consumo. Segundo a PTC, tem havido queda da percepção de risco de tais segmentos. No caso do crédito para consumo, as IFs tem notado uma queda dos níveis de comprometimento de renda e inadimplência das famílias, fato que tem contribuído para o aumento do apetite por parte das IFs.
- Por outro lado, as condições para as MPMEs tem sido menos favoráveis, devido à preocupação com a inadimplência. Neste sentido, a expectativa das IFs é que a inadimplência do segmento de MPMEs siga em tendência de alta neste 2T24, diferente dos demais segmentos, cuja expectativa é de relativa estabilidade.
- A avaliação quanto ao crédito habitacional tem melhorado, mas o custo e a disponibilidade de *funding* segue como o principal fator limitador.
- Já em relação à demanda por crédito, a percepção dos bancos é de aumento em todos os segmentos, exceto no crédito habitacional. Segundo a pesquisa, os bancos entendem que a queda das taxas de juros é o principal fator para o aumento da demanda.

Quadro 12: Indicador de Padrão de Aprovação de Crédito (Oferta)



Quadro 13: Indicador de Demanda por Linhas de Crédito



Fonte: PTC/Bacen.

* Os valores do 2T24 correspondem às expectativas dos respondentes para o trimestre. Os demais correspondem às percepções sobre a situação em cada trimestre.

**Regulação - Conselho Monetário Nacional
(CMN)****CRÉDITO / BANCOS**

O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou quatro resoluções em sua reunião na última quinta-feira (23). Destaque para a Resolução 5.137/2024, que prevê que as operações de crédito realizadas no âmbito dos programas federais destinados ao Rio Grande do Sul, cujo risco de crédito seja detido pela União, diretamente ou por meio de fundo garantidor ou de instituição por ela controlada, estarão sujeitas a níveis mínimos de provisão somente no caso de atraso superior a noventa dias no pagamento de principal ou de juros.

O objetivo da Resolução é reduzir o nível de provisionamento mínimo exigido nestas operações, que a princípio, não levaria em conta a existência de garantias que melhoram a qualidade do crédito. Assim, o CMN eleva a capacidade das instituições financeiras realizarem novos empréstimos na região. Vale destacar que, o CMN já havia [alterado as regras](#) sobre ativos problemáticos, aliviando o nível de capital dos bancos e liberado o compulsório da poupança para IFs com mais de 10% da carteira nos municípios que estão em estado de calamidade pública. A seguir, as resoluções e os respectivos links para leitura do conteúdo completo:

[Resolução CMN nº 5.136, 24/05/2023](#) – Altera resolução sobre apuração do requerimento mínimo PRS5

Faz alteração na Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, que dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5).

[Resolução CMN nº 5.137, 24/05/2023](#) – Dispõe sobre a constituição de provisão nas operações destinadas ao Rio Grande do Sul

Com o objetivo de diminuir os impactos dos créditos concedidos no âmbito dos programas federais ao Rio Grande do Sul, a resolução faz valer a partir da data de sua publicação a [Resolução 4.966](#) de 2021, que estava programada para iniciar em janeiro de 2025. Segundo a regulamentação, a IF é responsável por avaliar o risco de crédito e a provisão associada à operação. Sem a alteração, segundo o BCB, o nível de provisão não consideraria a existência de garantias que elevam a qualidade do crédito, ou seja, com provisões maiores a oferta de crédito seria afetada. A medida contempla os programas com risco de crédito da União, como o Pronampe e Peac FGI.

[Resolução CMN nº 5.138, 24/05/2023](#) – Define recursos e IFs que podem operar junto ao Funcafé

Define os recursos para os financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e define as IFs que podem operar diretamente os recursos do Fundo.

[Resolução CMN nº 5.139, 24/05/2023](#) – Regulamenta o funcionamento das confederações de serviço

Altera a Resolução CMN nº 5.061, de 16 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de confederações de serviço.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2024				2025			
	24/05/24	17/05/24	26/04/24	Viés	24/05/24	17/05/24	26/04/24	Viés
IPCA (%)	3,86	3,80	3,73	▲	3,75	3,74	3,60	▲
PIB (% de crescimento)	2,05	2,05	2,02	↔	2,00	2,00	2,00	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	10,00	10,00	9,50	↔	9,00	9,00	9,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,05	5,04	5,00	▲	5,05	5,05	5,05	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	24/05/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,17	1,24%	-0,49%	6,40%	2,51%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	147,72	4,91%	-1,85%	11,52%	-30,88%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	10,39	-0,02%	-0,68%	-10,80%	-23,83%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	10,58	1,31%	1,82%	5,41%	-14,86%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	11,62	0,57%	0,34%	15,30%	3,47%
Índice Ibovespa (em pontos)	124.305,57	-3,00%	-1,29%	-7,36%	12,95%
IFNC (setor financeiro)	12.338,48	-3,60%	-1,41%	-10,61%	9,16%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	0,00%	4,76%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,95	2,52%	-1,77%	16,38%	9,12%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,47	1,02%	-4,59%	15,10%	16,96%
Dollar Index	104,72	0,27%	-1,41%	3,35%	0,45%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.304,72	0,03%	5,34%	11,21%	27,79%
Índice de ações de bancos – EUA	98,14	-4,64%	2,60%	-10,39%	18,04%
Índice Euro Stoxx 50	5.035,41	-0,57%	2,32%	11,37%	17,94%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	146,49	-1,95%	3,43%	23,78%	43,27%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	82,12	-2,21%	-6,53%	6,59%	7,68%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira